

Em Brasília, servidores protestam contra PEC 32 e protocolam manifesto na Câmara dos Deputados

Servidoras e servidores públicos de todo o país estiveram em Brasília, nesta terça-feira (03/08), para protestar contra a Reforma Administrativa (PEC 32). O ato reuniu servidores públicos das esferas municipal, estadual e federal, servindo como uma preparação para a Greve Geral do setor público no próximo dia 18/08.

Os servidores se concentraram no pátio do Museu Nacional. De lá, saíram em passeata pela Esplanada dos Ministérios com destino ao Congresso Nacional. Com faixas, cartazes e entoando palavras de ordem contra o projeto do governo Bolsonaro, eles denunciaram a medida que, se aprovada, vai significar o fim dos serviços públicos no país.

Ao final da manifestação, foi protocolado na Câmara dos Deputados o Manifesto do Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público. O documento foi elaborado a partir das discussões realizadas pelo evento, nos dias 29 e 30 de julho, e contém os principais motivos pelos quais a PEC 32 não deve ser aprovada pela casa.

Foi um dia muito importante no processo de mobilização que está sendo construído nas três esferas para derrotar completamente a PEC 32. Não se trata de uma reforma, mas uma destruição dos serviços públicos.

Greve Geral e Fora Bolsonaro

Para intensificar as mobilizações contra a Reforma Administrativa, os servidores públicos também realizarão um dia de Greve Geral em 18 de agosto. A iniciativa faz parte do calendário de lutas pelo Fora Bolsonaro, com a realização de panfletagens, assembleias nos locais de trabalho e atos de rua.

Governo condiciona negociação à aprovação da reforma administrativa

Há algum tempo o governo vem ventilando na mídia a possibilidade de conceder uma reposição salarial aos servidores públicos federais. Fala-se em 5%, que não repõe sequer a perda inflacionária da categoria nesses últimos quatro anos sem nenhum tipo de reajuste. Para a surpresa do movimento sindical, mas sem nenhum espanto, em ofício encaminhado ao Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), o diretor substituto de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério da Economia, José Borges de Carvalho Filho, reforça que não há possibilidade de aumentar a folha de pagamento do funcionalismo diante da crise fiscal, mas de forma cínica diz ao final do documento que pode até negociar, mas só depois de aprovada a reforma administrativa, a PEC 32/20.

É mais uma armação desse governo, eleito e mantido com base em mentiras. É possível que essa promessa de reajuste seja mais um truque e não há garantia alguma de que vai ser concretizada. Prova disso é tentar condicionar a negociação com os servidores à aprovação da reforma administrativa. Não podemos aceitar isso.

Granada

“Nós já colocamos a granada nas mãos do inimigo. Dois anos sem reajuste de salário”. Lembra dessa fala do ministro Paulo Guedes durante reunião ministerial de 22 de abril do ano passado? Pois é, no ofício encaminhado pelo Ministério da Economia ao Fonasefe, José Borges de Carvalho Filho argumenta que existe a Lei Complementar nº 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, e proíbe a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores públicos. Para negar na íntegra a pauta de reivindicações da categoria, o

diretor substituto de Relações de Trabalho no Serviço Público lembrou também da Emenda Constitucional 95/16, o teto de gastos, combatido veemente pelo movimento sindical.

Votação da PEC 32/20

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a proposta de reforma administrativa, encaminhada pelo Executivo, em setembro do ano passado, deve ser votada na Casa até o fim do mês de agosto. Lira disse que espera que o texto do relator da comissão especial que trata do tema, o deputado Arthur Maia (DEM-BA), vá a tempo ao plenário, para que a matéria seja analisada ainda em agosto e encaminhada ao Senado.

“Esperamos ter acesso ao texto do relator até o fim deste mês, no plenário. Temos a obrigação de entregar as matérias estruturantes para o nosso país até novembro, dada a proximidade das eleições”, referindo-se, além da reforma administrativa, às reformas tributária e política.

Lira repetiu o argumento do governo de que as mudanças previstas na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32, como o fim da estabilidade, não vão ferir direitos adquiridos. Lembrou que o texto só prevê mudanças para pessoas que entrarem para o setor público após a aprovação da reforma.

Demissões e pressão política

Representantes de servidores públicos de diferentes carreiras afirmaram aos deputados da Comissão Especial - que analisa a PEC da reforma administrativa - que temem demissões e pressão política com os novos regimes de contratação definidos pela PEC 32/20.

Em audiência pública realizada nessa terça-feira (03/08), os debatedores se dividiram entre pedidos de rejeição total da reforma administrativa e a sugestão de alternativas para modernizar o serviço público por outros projetos de lei.

Servidores de C&T lamentam descaso do governo

Em carta aberta ao ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, o Fórum de Entidades Representativas dos Servidores das Carreiras de C&T (Fórum de C&T) pede que Pontes assuma imediatamente uma postura pública e ativa em defesa da C&T, por mais recursos, em defesa das carreiras de C&T e concursos, para evitar que outros graves incidentes similares como o de agora no CNPq ponha em risco a estrutura pública de C&T. Confira trechos da CARTA ABERTA DO FÓRUM DE C&T AO MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, MARCOS PONTES: *“...Esse descaso toma forma, principalmente, no absurdo garroteamento orçamentário promovido pelo governo para com o MCTI. O atual orçamento (de 6,01 bilhões de reais) é o MENOR EM DUAS DÉCADAS, correspondendo a menos de 0,17% do orçamento da União (contra uma média já achatada de aproximadamente 0,3% do orçamento no período)...Deve-se somar a esse quadro orçamentário trágico a completa ausência de política de reposição/formação de recursos humanos, que toma a forma na ausência de concursos públicos e no gigantesco corte de bolsas para estudantes e recém-formados. A maioria das instituições de C&T não têm concurso público para atividades finalísticas há mais de 10 anos, além disso, o corte de bolsas é drástico ano a ano, sendo exemplar a crise do programa PCI – maior programa de capacitação desse Ministério – que tem sofrido sucessivos cortes além de contínuas ameaças a sua continuidade... Frente a isso, lamentamos profundamente vossa postura, até o momento passiva. É preciso destacar que não observamos, por parte de V.Sa., nenhuma ação ou defesa pública por mais recursos, em defesa das carreiras de C&T e concursos para nossas instituições... Afinal, cuidado e investimento em Ciência e Tecnologia é o MÍNIMO que se pode esperar de um governo que, no discurso, prega a soberania nacional. Pois, para nós, não há soberania com uma estrutura de C&T sucateada e sob risco, o que só aumenta nossa dependência científica e tecnológica frente a grandes potências mundiais, o que significa enormes custos e sacrifícios para toda a sociedade brasileira. Respeitosamente, entendemos que é hora de Vossa Sa. definir OBJETIVAMENTE o que entende ser seu papel como Ministro junto à sociedade brasileira: o de defensor da ciência – porta de entrada para um futuro soberano e melhor para todo o povo – junto ao governo que o Sr. ardorosamente apoia, ou o de esforçado porta-voz de vazias justificativas governamentais para o abandono da C&T brasileira. A história não perdoará aqueles que atuarem pela fragilização do sistema de C&T ou mesmo se omitirem frente a ela...”* (Secretaria executiva do Fórum de C&T)

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

- 07/08 - Plenária Nacional da Condsef/Fenadsef.



EDITAL DE SUSPENSÃO DO PROCESSO ELEITORAL DAS ELEIÇÕES SINDICAIS 2021/2024 E PRORROGAÇÃO DE MANDATO DA ATUAL DIRETORIA DO SINDSEP-MG

A Comissão Eleitoral do SINDSEP-MG, eleita na Plenária Estadual realizada no dia 10 de abril de 2021, com fulcro nas determinações da referida plenária e no artigo 20, parágrafo 5º, inciso XI do Estatuto da Entidade e com base em proposta aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada no dia 02 de agosto de 2021, **COMUNICA** aos filiados e filiadas a decisão de suspensão do processo eleitoral 2021/2024, para renovação da Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal e Coordenação dos Núcleos Regionais deste Sindicato, ficando deliberado ainda a prorrogação do mandato da atual diretoria por mais seis meses a partir do término do mesmo – assim o mandato que se encerraria em 15 de dezembro de 2021 passa a se encerrar em 15 de junho de 2022. A referida decisão foi tomada com base na declaração pública de pandemia em relação ao novo Coronavírus da Organização Mundial da Saúde – OMS -, de 11 de março de 2020, na Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da OMS, de 30 de janeiro de 2020, bem como a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Mensagem Presidencial nº 93/2020, que reconheceu o estado de calamidade pública no Brasil, ainda, com fulcro nos Decretos Estaduais e Municipais que tratam da matéria, observando-se também que as autoridades públicas médicas e sanitárias já declararam a existência de transmissão comunitária em unidades da Federação, em que não se consegue identificar a trajetória de infecção pelo novo Coronavírus, incluindo o estado de Minas Gerais e, por fim, tendo em vista as necessárias medidas para enfrentamento da situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, sendo incontroversa a impossibilidade de garantir a coleta de votos e a votação com a devida segurança para os (as) mesários (as) e os (as) trabalhadores (as) filiados (as), a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) determina ainda a suspensão do processo eleitoral por 150 dias, a contar desta data, até o mês de janeiro de 2022, quando será convocada uma nova Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para readequar o calendário eleitoral e reavaliar as condições de realização do pleito em relação à insegurança gerada pela referida pandemia.

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2021.

A Comissão Eleitoral:

Rogério Antônio Expedito (Titular/ Núcleo Regional Central de Minas) – Presidente
Zilmar José Petzold (Titular/ Núcleo Regional Leste de Minas) – Vice-presidente
Alfredo Lourenço dos Santos (Titular/ Núcleo Regional Norte de Minas) – Secretário
José Renato Pereira (Titular/ Núcleo Regional Sul de Minas)
Jurandir Francisco Dias (Titular/ Núcleo Regional Noroeste de Minas)
Jair Paulino (Titular/ Núcleo Regional Zona da Mata)
Benedito José dos Santos (Suplente/ Núcleo Regional Central de Minas)
José Felipe Pereira (Condsef/Fenadsef)
Paulo Henrique dos Santos Fonseca (CUT/MG)

Texto idêntico ao publicado no Jornal Estado de Minas, edição do dia 04/08/2021, página 09.